

III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



Atuação da Cenacol na cobrança de débitos previdenciários

Autor(es)

Marcos Paulo Andrade Bianchini
Emanuelle Cristina Oliveira Da Cruz
Jessica Paulina Souza De Lima

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA

Introdução

A Cenacom, é uma empresa especializada na cobrança de débitos previdenciários, figurando-se como um ator central na relação entre o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e os segurados. No entanto, sua atuação tem sido alvo de críticas, principalmente, no que concerne à falta de punição, quando a autarquia não se responsabiliza por descontos indevidos na aposentadoria dos beneficiários.

A análise crítica sobre a conduta da Cenacom neste artigo, fundamenta-se na falta de punição. Uma vez que a cenacom não é responsabilizada, quando o INSS não reconhece sua responsabilidade por descontos indevidos, mesmo com a comprovação de falha de autarquia.

Essa impunidade gera um ambiente propício para a perpetuação de erros e injustiças contra os segurados que podem ter seus rendimentos mensais comprometidos sem qualquer reparação.

Essa prática, além de lesiva, ignora princípios básicos do direito consumerista e da proteção social, fragilizando, ainda mais, a população mais vulnerável.

Objetivo

"Questionamos aqui, a fiscalização das políticas públicas, em relação a segurança dos segurados, questionamos, também, as falacias apresentadas pelas autarquias em todos os anos fiscais, aqui, trazemos em pauta o descaso da Cenacom ao vender os olhos sobre os danos causados, aos segurados, que, de certo modo, tem mensalmente o seu direito furtado.

Material e Métodos

A atuação da Cenacom, na cobrança de débitos previdenciários, apresenta falhas sistêmicas que geram insegurança jurídica, fragilizando assim os direitos dos segurados e gerando injustiças.

É necessário que o Poder Judiciário, o Legislativo e a sociedade civil se mobilizem para coibir a impunidade da Cenacom e do INSS, visto que, ambos os Órgãos, deveriam se aprofundar em assegurar a responsabilização das empresas e da autarquia por seus erros.

Além disso, o objetivo subjacente deveria ser a garantia na reparação dos danos causados aos segurados.

Resultados e Discussão

III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



Uma forma de reverter os erros e danos causados, sobre o tema, será a regulamentação e fiscalização da prática de descontos indevidos diretos na aposentadoria, por meio de políticas públicas, a fim de estabelecer limites e gerar mecanismos que protejam os asssegurados, evitando o comprometimento de seus benefícios.

Posto isso, com o objetivo de solucionar o vício de tal serviço e trazer o reconhecimento da natureza consumerista da relação dos segurados com a Cenacom, a ampliação dos direitos dos segurados deve ser usado como ponto de ignição para esta situação, facilitando, assim, a aplicação do CDC, tornando o acesso à justiça mais viável.

Conclusão

Contudo, a ampliação dos direitos dos segurados poderá ser base, onde o meio principal será sanar o vício, trazendo assim o reconhecimento da natureza consumerista da relação dos segurados com a Cenacom, facilitando assim a aplicação do CDC e tornando celere o acesso à justiça.

Alguns tribunais brasileiros já reconheceram a aplicação do CDC em casos de falhas da CENACON que geraram prejuízos aos segurados.

Referências

TRF1 - Agravo de Instrumento nº 5003176-34.2017.4.01.0000:

Reconheceu a abusividade da cobrança de débitos previdenciários por meio de consignação em folha de pagamento, sem autorização judicial. TJMG - Apelação Cível nº 1.0000.21.040151-2/001:

Reconheceu a natureza consumerista da relação entre a CENACON e os segurados em caso específico, assegurando a aplicação do CDC.

Estudo baseado em uma palestra ministrada pelo Coordenador do Procon Assembleia de Minas Gerais "Marcelo Barbosa".